



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/DIREX/PF

Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Processo nº 08211.004975/2019-51

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

1. **1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A Polícia Federal, por meio da Coordenação de Aviação Operacional (**CAOP/DIREX/PF**), opera 05 (cinco) aeronaves de asa fixa (dois EMBRAER ERJ-145, um King Air 350i e dois Grand Caravan C-208B), e 05 (cinco) aeronaves de asa rotativa (dois AS350B2, dois AS355N e um AW-139). A **CAOP/DIREX/PF** conta hoje com 16 (dezesesseis) pilotos de asa rotativa, 14 (dez) pilotos de asa fixa, 14 (quatorze) operadores aerotáticos e (06) tripulantes operacionais.

Pilotos, Operadores Aerotáticos e demais tripulantes aeroembarcados da COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/DIREX/PF - necessitam estar com o Certificado Médico Aeronáutico – CMA – válido para o efetivo exercício de suas atividades, conforme exigência da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Importante citar que tal certificado necessita de uma renovação ANUAL para que cada servidor aeroembarcado não tenha suas atividades essenciais interrompidas.

Tal Certificado Médico Aeronáutico era concedido, nas suas modalidades INICIAL e RENOVAÇÃO, por meio de um convênio existente com o H-FAB de Brasília-DF, porém, a ANAC anunciou o fim do convênio com tais Hospitais Militares, conforme documento SEI (7404156), de 1.º de Agosto de 2017.

Consequentemente, tal ato administrativo compeliu os aeronautas a buscarem instituições privadas credenciadas à aludida Agência para tal renovação.

Em se tratando de Exames Médicos necessários e de caráter recorrente, acredita-se que proceder à formalização da demanda em processo único irá imprimir eficiência na contratação pretendida. Nesse sentido, o presente termo tem como objeto a contratação de estabelecimento credenciado à ANAC capaz de Renovar e/ou Conceder Inicialmente o Certificado Médico Aeronáutico (1ª e 2ª classe) dos pilotos e Operadores Aerotáticos e demais tripulantes aeroembarcados da Coordenação de Aviação Operacional – CAOP/DIREX/PF, conforme exigências do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 090 – RBAC nº 90, mais o RBAC nº 67 e Resolução Nº 420 - ANAC - SEI (7118050).

2. **PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO**

Tais Exames Médicos Aeronáuticos Periódicos e a contratação de empresa para tanto estão previstos no **Planejamento Estratégico** da Unidade para o quadriênio (PEECAOP) **2019-2022 (08211.006205/2018-62)**, aprovado pela Diretoria Executiva e pela Direção Geral da Polícia Federal (**9310563** e **9316191**).

3. **REQUISITOS**

Os serviços a serem contratados são de natureza continuada pois, em geral, são exames que tem duração de 1 a 2 anos, necessitando revalidação, além de possíveis cancelamentos ou suspensões que podem ocorrer a critério da Agência Reguladora. Repetindo, Pilotos, Operadores Aerotáticos e demais tripulantes aeroembarcados da COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/DIREX/PF - necessitam estar com o Certificado Médico Aeronáutico – CMA – válido para o efetivo exercício de suas atividades,

conforme exigência da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Importante citar que tal certificado necessita de uma renovação ANUAL para que cada servidor aer embarcado não tenha suas atividades essenciais interrompidas.

Além de declarar que possuem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço pretendido, as licitantes deverão, para celebrar contratações junto ao Órgão, apresentar **(i)** atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da empresa para o fornecimento e desempenho da execução compatível em características, quantidades e prazo com o objeto e demais particularidades que constarão do Termo de Referência; **(ii)** documentação comprobatória de que possui autorização e credenciamento pela **Agência Nacional de Aviação Civil** para realização dos exames médicos, laboratoriais e psicológicos assim como para lançamentos dos dados na rede de citada agência ANAC; **(iii)** cumprir critérios de sustentabilidade ambiental a serem dispostos no Termo de Referência.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Como explanado ao Tópico 1 do presente estudo, a "Polícia Federal, por meio da Coordenação de Aviação Operacional (CAOP/DIREX/PF), opera 05 (cinco) aeronaves de asa fixa (dois EMBRAER ERJ-145, um King Air 350i e dois Grand Caravan C-208B), e 05 (cinco) aeronaves de asa rotativa (dois AS350B2, dois AS355N e um AW-139). A CAOP/DIREX/PF conta hoje com 16 (dezesesseis) pilotos de asa rotativa, 14 (quatorze) pilotos de asa fixa, 14 (quatorze) operadores aerotáticos e (06) tripulantes operacionais.

Além do número fixo de Exames na modalidade RENOVAÇÃO, que equivale ao número de profissionais aeronautas em atividade da CAOP/DIREX/PF, existe a necessidade de se prever Exames na modalidade INICIAL, em caso de suspensão do Certificado Médico Aeronáutico, seja por ocorrência de acidente ou incidente aeronáutico grave ou diminuição de aptidão psicofísica, o detentor do CMA ficará sujeito a submissão de novo exame da saúde pericial. Além disso, deve-se também considerar o ingresso de novos profissionais para atividades aéreas nesta CAOP/DIREX/PF, conforme recrutamentos planejados para o próximo ano.

Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quantidade
01	01	Execução de <u>inspeções de saúde REVALIDAÇÃO</u> e emissão de Certificado Médico Aeronáutico - CMA para pilotos (PC/PLA/PP-IFR) – primeira classe.	Serviços	50
	02	Execução de <u>inspeções de saúde INICIAL</u> e emissão de Certificado Médico Aeronáutico - CMA para pilotos (PC/PLA/PP-IFR) – primeira classe.	Serviços	30
02	01	Execução de <u>inspeções de saúde REVALIDAÇÃO</u> e emissão de Certificado Médico Aeronáutico - CMA, para tripulantes (Comissários) – segunda classe.	Serviços	20
	02	Execução de <u>inspeções de saúde INICIAL</u> e emissão de Certificado Médico Aeronáutico - CMA para tripulantes (Comissários) – segunda classe.	Serviços	10

03	01	Execução de <u>inspeções de saúde REVALIDAÇÃO</u> e emissão de Certificado Médico Aeronáutico - CMA para pilotos (PP) – segunda classe.	Serviços	20
	02	Execução de <u>inspeções de saúde INICIAL</u> e emissão de Certificado Médico Aeronáutico - CMA para pilotos (PP) – segunda classe.	Serviços	10

5. LEVANTAMENTO DO MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

Considerando a necessidade de economia nas despesas de locomoção dos integrantes do CAOP/DIREX/PF, faz-se necessário que a prestação de serviços da clínica de exames médicos e psicológicos contratada seja realizado nos limites do Distrito Federal, tendo em vista que o valor referente aos exames realizados se tornam desproporcionais em relação aos gastos com deslocamento dos servidores (passagens aéreas, viatura, transporte pela própria unidade etc), diárias, e a ausência do servidor de suas atribuições, quando da realização dos exames em outra unidade da federação, elevando os custos demasiadamente e ainda atrapalhando o planejamento da unidade devido à ausência do servidor.

A experiência atual é a realização dos exames em Curitiba/PR, o que ocasiona os gastos e os problemas citados acima, não podendo essa unidade incorrer na mesma falha e onerar os cofres públicos;

Considerando que o COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP tem sua sede Operacional e Administrativa localizada no Distrito Federal, a solução mais econômica para a Administração é a realização dos exames médicos, laboratoriais e psicológicos para emissão de Certificados Médicos Aeronáuticos - CMAs no Distrito Federal, não impedindo que qualquer clínica credenciada possa participar da licitação, desde que possibilite a realização dos exames no Distrito Federal, podendo firmar acordos ou parcerias com as clínicas homologadas no DF;

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

Conforme Mapa Comparativo de valores referenciais.

Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Empresa VOAR CMA (SEI 13816726)	Empresa IMAE CMA (SEI 13817015)	Empresa CLÍNICA SANTTI (SEI 13816920)	Pesquisa Painel de Preços	MÉDIA ARITMÉTICA
01	01	Execução de <u>inspeções de saúde REVALIDAÇÃO</u> e emissão de Certificado Médico Aeronáutico - CMA para pilotos (PC/PLA/PP-IFR) – primeira classe.	R\$810,00	R\$995,00	R\$860,00	Sem retorno SEI 13209415	R\$888,34

	02	Execução de <u>inspeções de saúde INICIAL</u> e emissão de Certificado Médico Aeronáutico - CMA para pilotos (PC/PLA/PP-IFR) – primeira classe.	R\$1.285,00	R\$995,00	R\$1.100,00	Sem retorno SEI 13209415	R\$1.126,67
02	01	Execução de <u>inspeções de saúde REVALIDAÇÃO</u> e emissão de Certificado Médico Aeronáutico - CMA, para tripulantes (Comissários) – segunda classe.	R\$810,00	R\$995,00	R\$735,00	Sem retorno SEI 13209415	R\$846,67
	02	Execução de <u>inspeções de saúde INICIAL</u> e emissão de Certificado Médico Aeronáutico - CMA para tripulantes (Comissários) – segunda classe.	R\$1250,00	R\$995,00	R\$835,00	Sem retorno SEI 13209415	R\$1.026,67
03	01	Execução de <u>inspeções de saúde REVALIDAÇÃO</u> e emissão de Certificado Médico Aeronáutico - CMA para pilotos (PP) – segunda classe.	R\$810,00	R\$995,00	R\$860,00	Sem retorno SEI 13209415	R\$888,34

	02	Execução de inspeções de saúde INICIAL e emissão de Certificado Médico Aeronáutico - CMA para pilotos (PP) – segunda classe.	R\$1060,00	R\$995,00	R\$1.100,00	Sem retorno SEI 13209415	R\$1.051,67
--	----	--	------------	-----------	-------------	-----------------------------	-------------

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando que a aviação praticada no CAOP é a aviação Civil, sujeitando-se a todos requisitos e normas legais e administrativas próprios desta modalidade de aviação, Pilotos, Operadores Aerotáticos e demais tripulantes aeroembarcados da COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/DIREX/PF - necessitam estar com o Certificado Médico Aeronáutico – CMA – válido para o efetivo exercício de suas atividades, conforme exigência da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Não dispondo de tais Certificados, o aeronauta restará impedido de realizar suas atividades operacionais, conforme exigência do atual Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 090 – RBAC nº 90, já citado no item 1 do presente documento.

Conforme cálculos e estimativas citados no item 5. do presente Estudo Preliminar, fomos obrigados a concluir que a contratação de Clínica que atue ou preste seus serviços nos limites territoriais do Distrito Federal é a solução mais econômica e eficaz para Administração Pública Federal.

Estando amparado nos incisos I e III, art. 3º, do decreto 7892/2013, justifica-se a permissão de adesão à ata por órgãos não participantes, tendo em vista que o objeto é comum e pode atender as necessidades de demais órgãos que identificaram a demanda posterior ao fechamento da manifestação de Intenção de Registro de Preços - IRP.

A utilização da Ata de Registro de Preços, por órgãos não participantes, agiliza contratação dos serviços por esses, além do provável ganho de escala, em razão do quantitativo registrado, permitindo a licitante considerar a possibilidade de celebração de contratos adicionais, de forma viabilizar uma redução nos preços dos itens.

"Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; (...)

II - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou (...)"

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O objeto da presente demanda foi parcelado em itens correspondentes aos Exames Médicos Aeronáuticos necessários ao quadro de pilotos, tripulantes e operadores aerotáticos da CAOP/DIREX/PF, conforme a necessidade do profissional, na medida em que expire ou seja suspensa a validade do Exame ou que novos policiais ingressem nesta Coordenação e iniciem trabalhos em atividade aérea.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS

Estando amparado nos incisos I e III, art. 3º, do decreto 7892/2013, justifica-se a permissão de adesão à ata por órgãos não participantes, tendo em vista que o objeto é comum e pode atender as necessidades de demais órgãos que identificaram a demanda posterior ao fechamento da manifestação de Intenção de Registro de

Preços - IRP.

Trata-se de demanda recorrente, cuja contratação é condição necessária para a operação das aeronaves da frota desta Coordenação de Aviação Operacional. Sem a realização anual dos Exames Médicos Aeronáuticos dos pilotos e tripulantes da CAOP/DIREX/PF e realização de Exames Iniciais de servidores que tiverem seus exames cancelados ou novos ingressarem na atividade aérea desta Coordenação não será permitido operar ou exercer atividades de piloto de aeronaves, conforme exigências do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 090 – RBAC nº 90 , mais o RBAC nº 67 e Resolução Nº 420 - ANAC - SEI (7118050).

Portanto, cada demanda de realização de Exames Iniciais ou Renovações, faz parte de um conjunto de contratações necessárias/indispensáveis à operação das aeronaves da Unidade (p. Ex.: contratos de manutenção de aeronaves, contratos de seguro sobre responsabilidade civil do explorador aéreo). A interdependência entre as contratações exemplificadas implica em prejuízo ao erário caso ocorra falha em alguma delas.

10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

10.1. A contratação desejada faz parte dos requisitos indispensáveis para habilitação dos pilotos, operadores e demais tripulantes aéreos embarcados da unidade, não se aplicando a este item;

11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Assim, diante do exposto acima, entende-se por VIÁVEL a contratação da solução demandada. Nesse sentido, o presente termo tem como objeto a contratação de estabelecimento credenciado à ANAC capaz de Renovar e/ou Conceder Inicialmente o Certificado Médico Aeronáutico (1ª e 2ª classe) dos pilotos e Operadores Aerotáticos e demais Tripulantes Aeroembarcados da Coordenação de Aviação Operacional – CAOP/DIREX/PF, conforme exigências do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 090 – RBAC nº 90 , mais o RBAC nº 67 e Resolução Nº 420 - ANAC - SEI (7118050).

12. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em cumprimento ao disposto no art. 12 da Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2014, emitida pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o presente documento segue assinado pelos Integrantes Requisitante, Administrativo e Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação.

Integrante Requisitante
O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas. Os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos compatíveis com a atividade desempenhada pela, e os riscos envolvidos são administráveis.
JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC Delegado de Polícia Federal Integrante Requisitante

Integrante Técnico
O presente planejamento foi elaborado em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e do objeto das contratações pretendidas. No mais, atende adequadamente às demandas formuladas. Os benefícios pretendidos são

adequados, e os custos previstos são compatíveis com a atividade desempenhada pelo **CAOP/DIREX/PF**. Os riscos envolvidos são mínimos e administráveis, porém, constatou-se que a não contratação das ações demandadas são causa de grande impacto à Unidade, gerando, inclusive paralização total das atividades aéreas (prejuízos administrativos, operacionais, e financeiros), motivo pelo qual a área requisitante recomenda o prosseguimento do feito.

SAULO BARBOSA NOGUEIRA DE LELES

Agente de Polícia Federal - Mat. 15.375

Integrante Técnico

Integrante Administrativo

O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e necessários à execução da atividade da unidade requisitante. Os riscos envolvidos são administráveis, pelo que recomendamos o prosseguimento do feito.

GUILHERME SENA DE LIMA

Agente de Polícia Federal - Mat. 18.494

Integrante Administrativo

Autoridade Competente

Aprovo o presente estudo técnico, por contemplar todos os requisitos administrativos legais para a continuidade da instrução do processo de contratação dos serviços pretendidos. A opção pela modalidade licitatória encontra amparo legal, bem como satisfaz princípios de boas práticas de gestão.

ROBERVAL RÉ VICALVI

Delegado de Polícia Federal

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **SAULO BARBOSA NOGUEIRA DE LELES, Agente de Polícia Federal**, em 21/02/2020, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12706243** e o código CRC **1DC908F8**.